



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

Política de Investimentos

2025

IPASMA
Instituto de Previdência e Assistência do Município de
Alegre/ES.

Equipe *Finalizado* *4/2* *10*



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

Sumário

1	Introdução	2
2	Definições	2
3	Diretrizes Gerais.....	2
4	Governança.....	4
5	Comitê de Investimentos.....	4
6	Consultoria de Investimentos.....	5
7	Modelo de Gestão	6
8	Segregação de Massa	6
9	Credenciamento	7
10	Meta de Retorno Esperado.....	7
11	Aderência das Metas de Rentabilidade	8
12	Carteira Atual	8
13	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	9
14	Cenário	9
15	Alocação Objetivo	10
16	Apreçamento de ativos financeiros	11
17	Gestão de Risco.....	12
	17.1 Risco de Mercado.....	12
	17.1.1 VaR	12
	17.2 Risco de Crédito	13
	17.2.1 Abordagem Qualitativa	13
	17.3 Risco de Liquidez.....	15
	17.4 Risco Operacional.....	16
	17.5 Risco de Terceirização.....	16
	17.6 Risco Legal.....	17
	17.7 Risco Sistêmico.....	17
	17.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	17
18	Considerações Finais.....	18



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Alegre/ES, IPASMA, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece as Leis nº 2.812 e 2.813, ambas de 12 de fevereiro de 2007 e a Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre na reunião extraordinária nº 012/2024, que ocorreu em 17/12/2024.

2 Definições

Ente Federativo: Município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Unidade Gestora: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA

CNPJ: 05.269.863/0001-82.

Meta de Retorno Esperada: **IPCA + 5,14%**

Categoria do Investidor: Geral

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2025. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2025.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre – IPASMA deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like "Eduardo" and "Ronaldo"]